



PROCESSO	193.743-0/2024
INTERESSADA	ALESSANDRA FABIANA ALBACETE DE MORAES
PROCEDÊNCIA	INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS
ASSUNTO	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

RAZÕES DO VOTO

5. Em consonância com o artigo 3º da Resolução Normativa nº 12/2024 – PP, combinado com o artigo 256 do Regimento Interno deste Tribunal, submeto o presente processo a **juízo em bloco**.

6. Compulsando os autos, constato que a Requerente cumpriu os requisitos previstos no ordenamento jurídico necessários à aposentadoria por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

7. Diante do exposto, **ACOLHO** o Parecer Ministerial nº 585/2025, subscrito pelo Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps, e, conforme o artigo 43, II da Lei Complementar nº 269/2007 e art. 211, II do Regimento Interno deste Tribunal, **VOTO** no sentido de **JULGAR LEGAL** a planilha de proventos e **REGISTRAR** a Portaria nº 3.254/2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) nº 5.788 - Suplementar, em 19/09/2024, que dispõe sobre a **concessão de aposentadoria por invalidez permanente**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em que figura como interessada a senhora **ALESSANDRA FABIANA ALBACETE DE MORAES**, CPF nº 843.198.441-49, servidora efetiva no cargo de Apoio Instrumental, Nível “10”, lotada na Secretaria Municipal de Administração de Rondonópolis, com fundamento no artigo 40, § 1º, I, com redação dada pela EC nº 41/2003, combinada com artigo 6º-A da EC 41/2003, acrescentado pela EC nº 70/2012; artigo 122 da Lei Orgânica Municipal; artigo 3º; artigos 12, inciso I, alínea “a”, 12-A da Lei Municipal nº 4.614/2005 e laudo médico pericial, até posterior liberação e tendo em vista o que consta do processo nº 2205/2024, do IMPRO.

8. **É o voto.**

Cuiabá, 24 de abril de 2025.

(assinatura digital)¹

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

Relator

¹ Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

